

NOTA TÉCNICA – APRECIÇÃO DE DOCUMENTOS

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE

Documentação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere / CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, em agosto de 2018 (entrada SD n.º 7466, de 22 de agosto)

A presente nota técnica diz respeito à apreciação, pelo INR - Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR), da Proposta Final da revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Zêzere (PDMFZ), que foi disponibilizada a parecer, pela Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere (CMFZ) e pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), através do ofício com a referência S11997-201808-DSOT/DOT 16.05.05.02.000006.1999. Analisados os documentos disponibilizados, este instituto tem a informar do seguinte:

1. A participação do INR na apreciação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) tem como objetivo primordial a defesa dos direitos e interesses das pessoas com mobilidade condicionada, incluindo aquelas com deficiência ou incapacidade. Foca-se também numa perspetiva mais alargada, nos da população com mobilidade condicionada em geral, incluindo idosos, crianças e grávidas, entre outros, e na salvaguarda das condições de acessibilidade e mobilidade que lhes serão proporcionadas nos territórios afetos aos planos. Estas condições deverão promover o seu direito de, livremente e em segurança, acederem fisicamente aos espaços edificados e usufruírem dos bens e serviços disponibilizados pela comunidade, bem como fomentar a sua plena participação nas diversas vertentes da vida comunitária, prevenindo, assim, a sua discriminação face aos restantes cidadãos.
2. O pleno direito das pessoas com deficiência a acederem ao meio construído encontra-se legalmente consignado no nosso país, não só na legislação sobre acessibilidade, consubstanciado não só no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 125/2017, de 4 de outubro, mas também na lei da não-discriminação (Lei n.º 46/2006, de 28 de Agosto), que proíbe e pune diversas práticas discriminatórias contra estas pessoas, entre as quais *“a recusa ou a limitação de acesso ao meio edificado ou a locais públicos ou abertos ao público”* (alínea e) do artigo 4.º. Também a convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Estado português em 2009, obriga os estados-partes a tomarem medidas que promovam, entre outras vertentes da equidade a serem garantidas a estas pessoas, a criação de acessibilidade e a eliminação de barreiras físicas e outros obstáculos que prejudiquem o pleno acesso das pessoas com deficiência ao meio edificado e aos bens e serviços disponibilizados à comunidade.

3. É, pois, neste enquadramento e enquanto representante deste interesse público, que o INR alerta para a criação de boas condições de acessibilidade e mobilidade para toda a população, incluindo aquela com mobilidade condicionada, e gostaria que estas se constituíssem como parte integrante das linhas estratégicas da revisão deste PDM, claramente traduzidas nos seus estudos base, expressas através das suas propostas e orientações, e inscritas no articulado do seu Regulamento. Refira-se que, para além de garantir direitos, tal constituirá uma importante mais-valia para a qualificação urbana que se pretende, ao proporcionar facilidade de acesso, segurança e conforto para todos os utilizadores do meio – quer sejam residentes ou visitantes – e não apenas para os que tenham mobilidade condicionada.
4. Os contributos do INR, I.P., para os PMOT, vão no sentido de salvaguardar a criação das referidas boas condições de acessibilidade e mobilidade nos territórios abrangidos pelos estudos, a fim de assegurar aqueles direitos e, desse modo, contribuir para fomentar a participação equitativa desta faixa da população nas diversas vertentes da vida comunitária, eliminando situações discriminatórias.
5. De acordo com o acima exposto, considera-se que a participação deste Instituto no decorrer do processo de revisão de um Plano Diretor Municipal tem sido considerada de grande importância, nomeadamente aquando da elaboração dos respetivos Estudos de Caracterização. No entanto, no caso da presente revisão do PDMFZ, o INR foi chamado a pronunciar-se apenas para dar o parecer à proposta final da revisão de plano, o que condiciona, em parte, a atualização dos estudos produzidos, com as orientações propostas para o complemento dos mesmos.
6. Assim, no âmbito da sua área de atuação, este Instituto considera que — nesta fase final do seu desenvolvimento — deveria estar consagrado no PDM e, nos documentos que o suportam, o seguinte:
 - a) A referência à necessidade de garantir a inclusão na sociedade das pessoas com deficiência ou incapacidade, e na sua participação ativa e usufruto do território municipal.
 - b) Ao nível do Regulamento, deveria estar refletido nos seus objetivos estratégicos e programáticos a necessidade de conferir ao território concelhio as melhores condições de acessibilidade e mobilidade possíveis.
 - c) Ao longo do seu articulado deverão ser transmitidas orientações que promovam o cumprimento dos regimes jurídicos das acessibilidades e da não discriminação, bem como a necessidade de ser salvaguardada a existência de lugares de estacionamento reservado, destinados a veículos que transportem pessoas com mobilidade condicionada, em conformidade com o cumprimento das percentagens estabelecidas pelas normas de acessibilidade em vigor, junto às seguintes tipologias: habitação coletiva, comércio e serviços, equipamentos coletivos, espaços verdes de recreio e lazer.

- d)** Garantir que as determinações futuras, estabelecidas pelo PDMFZ para a rede viária, estacionamento e rede de transportes públicos, reflitam as necessidades e direitos da população com mobilidade condicionada.

Face ao exposto, condiciona-se a emissão de parecer final favorável do INR, sobre a proposta de revisão do Plano Diretor de Ferreira do Zêzere, à futura inclusão dos contributos apresentados no ponto 3 da presente nota técnica.

Setembro de 2018

O técnico superior,

Paulo Galindro